



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete da Presidência

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 61 /2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização do e-mail institucional nos cadastros dos sistemas processuais do Tribunal de Justiça da Paraíba e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o disposto no Ofício-Circular nº 21/2024/DTI, do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece a obrigatoriedade de utilização do Duplo Fator de Autenticação (MFA) para acesso aos sistemas judiciais sensíveis a partir de 1º de abril de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a integridade dos dados cadastrais dos usuários para viabilizar a correta aplicação do mecanismo de autenticação;

CONSIDERANDO a importância de garantir a segurança dos sistemas e a continuidade dos serviços judiciais prestados pelo Poder Judiciário do Estado da Paraíba;

CONSIDERANDO o decidido no processo administrativo nº 002380-69.2025.8.15;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar obrigatória a utilização do e-mail institucional por magistrados e servidores do Tribunal de Justiça da Paraíba em todos os cadastros vinculados aos sistemas processuais utilizados pelo Tribunal.

§ 1º Ficam excluídos desta obrigatoriedade os residentes da Escola Superior da Magistratura e os voluntários.

§ 2º O e-mail institucional deverá ser utilizado como meio principal de autenticação nos referidos sistemas.

Art. 2º Fica a Diretoria de Tecnologia da Informação autorizada a proceder à atualização automática dos cadastros que apresentem e-mails divergentes do institucional, observadas as diretrizes internas de segurança da informação. Parágrafo único. As atualizações automáticas realizadas pela DITEC deverão ser devidamente registradas e comunicadas aos usuários afetados.

Art. 3º No caso dos usuários externos — tais como advogados, peritos, membros do Ministério Público, Defensoria Pública e outros — a atualização cadastral é de responsabilidade dos próprios usuários ou das instituições às quais estão vinculados, conforme o caso.

Art. 4º O descumprimento do disposto neste Ato poderá acarretar restrições de acesso aos sistemas processuais até a regularização do cadastro.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, datado e assinado eletronicamente.

Desembargador FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO
Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba

Este texto não substitui o publicado no DJe de 21.03.2025.